

## RESUMO - CIÊNCIAS HUMANAS - EDUCAÇÃO

### PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO E O ATENDIMENTO À CRECHE NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

*Max Da Costa Araújo Silva (maxdacosta55@gmail.com)*

*Flavia Glicerio Chaves (fglicerio@gmail.com)*

*Monique De Figueiredo Pagels (moniquepagels@gmail.com)*

*Anelise Monteiro Do Nascimento (Ufrj) (anelise.ufrj@yahoo.com.br)*

O presente trabalho apresenta um recorte da pesquisa de Iniciação Científica (IC) desenvolvida com apoio da Faperj (2025), cujo objetivo é analisar a implementação da Meta 1 do Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024). Essa meta estabeleceu a universalização da pré-escola para crianças de 4 e 5 anos e a ampliação da oferta em creches para, no mínimo, 50% das crianças de 0 a 3 anos. Com o encerramento do decênio, torna-se essencial avaliar avanços e desafios, subsidiando novas estratégias para o PNE 2025. A pesquisa adota abordagem qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, fundamentada na análise documental de dados oficiais do INEP, MEC e portal “PNE em Movimento”, referentes a 2014-2018. A interpretação segue referenciais teóricos em políticas públicas, equidade educacional e primeira infância, com destaque para Rosemberg (2017) e Campos et al. (2020). Essa perspectiva possibilita leitura crítica dos avanços e entraves que marcaram a implementação da Meta 1. A justificativa da pesquisa está na escassez de análises nacionais sobre políticas de educação infantil, especialmente no contexto de formulação do novo PNE. Os resultados apontam avanços na pré-

escola. Em 2022, 94,8% das crianças de 4 e 5 anos estavam matriculadas, aproximando-se da universalização prevista, embora aquém do prazo inicial de 2016. A obrigatoriedade da matrícula contribuiu para que municípios priorizassem essa etapa, reforçando a importância de políticas de expansão da oferta. Contudo, essa ampliação ocorreu em muitos casos em detrimento das creches. No que se refere às crianças de 0 a 3 anos, a taxa de atendimento foi de 37,3% em 2022, distante da meta de 50%. A limitação é agravada por desigualdades regionais: enquanto Sul e Sudeste se aproximam ou superam 40% de cobertura, Norte e Nordeste não alcançam 30%. Tais disparidades revelam barreiras estruturais e socioespaciais que dificultam o acesso equitativo à educação infantil. A análise regional reforça essas desigualdades: Sul (45,5%) e Sudeste (41,6%) estão mais próximas da meta para creches, enquanto Norte (27,5%) e Nordeste (31,2%) apresentam índices menores. Entre 2014 e 2023, a matrícula de crianças de 4 e 5 anos se aproximou da universalização, evidenciando êxito da política para essa faixa etária. Já o atendimento das crianças de 0 a 3 anos permanece abaixo dos 50%, com fortes desigualdades regionais. Nos estados do Sudeste, São Paulo superou a meta de 50% em creches, alcançando 53,2%, resultado de estratégias como ampliação da rede pública e parcerias. Minas Gerais (37,5%) e Rio de Janeiro (37,9%) não atingiram a meta, revelando fragilidades em seus processos de acompanhamento. No Rio, a aprovação tardia do Plano Estadual de Educação (2022) comprometeu a efetividade das ações. Na Baixada Fluminense, a situação é mais desafiadora: em 2022, apenas 16,85% das crianças de 0 a 3 anos estavam em creches. Dos treze municípios, só três ampliaram vagas, enquanto cinco reduziram o atendimento, evidenciando retrocessos e a distância entre a lei e a realidade em regiões de maior vulnerabilidade social. Conclui-se que a ampliação de vagas, embora necessária, não garante sozinha o direito pleno à educação infantil. O aumento da cobertura precisa vir acompanhado da valorização dos profissionais, melhoria da infraestrutura, implementação de currículos adequados e inclusão de crianças de grupos historicamente marginalizados. Outro aspecto central é o fortalecimento do regime de colaboração entre União, estados e municípios. Para que a expansão seja efetiva e transforme a realidade educacional do país, é imprescindível que políticas públicas sejam aprimoradas, considerando não apenas a quantidade de vagas, mas também a qualidade e equidade no atendimento. O compromisso com a primeira infância exige financiamento adequado, gestão eficiente e estratégias de inclusão e desenvolvimento

integral, assegurando que a educação infantil cumpra plenamente sua função social.

Palavras-chave: plano nacional de educação (pne); educação infantil; creche; pré-escola; políticas públicas educacionais; meta 1.